

PORQUE A ECONOMIA POLÍTICA É UMA CIÊNCIA EVOLUCIONÁRIA¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal evidenciar na Economia Política proposta por Adam Smith elementos de uma ciência evolucionária, sob o critério crítico apresentado por Thorstein Veblen em “*Why is Economic Not An Evolutionary Science?*”, publicado em 1898. A partir da dissociação da contribuição teórica de Smith, da interpretação reducionista de sua obra perpetuada pelos economias neoclássicos, propõe-se em segunda medida a corroboração de Adam Smith como precursor do olhar complexo sobre os fenômenos econômicos, tomando como base a aproximação entre a abordagem da Complexidade Econômica e a Economia Evolucionária, com suas bases na Economia Política smithiana. Além do tópico introdutório e das considerações finais, o trabalho se divide em outras quatro etapas. Na primeira se propõe apresentar os elementos teóricos propostos por Smith, em sua interpretação reducionista e as críticas apresentadas por Veblen. Em seguida, busca-se apresentar a noção de sujeito e ordem social para Smith a partir da leitura de *Teoria dos Sentimentos Morais* e *A Riqueza das Nações*. Em terceiro momento se propõe evidenciar na Economia Política de Smith as bases da contemporânea Complexidade Econômica. Por fim, pretende-se expor os princípios da preocupação com ordenamento social e instituições na Economia Política smithiana a ponto de propô-la como uma ciência evolucionária continuada no pensamento de Veblen.

Palavras-chave: Economia Política; Adam Smith; Thorstein Veblen; Complexidade Econômica; Ciência Evolucionária.

ABSTRACT

This article has as main objective to evidence in the Political Economy proposed by Adam Smith elements of an evolutionary science, under the critical criterion presented by Thorstein Veblen in "Why Is Economic Not An Evolutionary Science ?", published in 1898. From the decoupling of the contribution Smith's theoretical interpretation of the reductionist interpretation of his work perpetuated by neoclassical economics, proposes in second measure the corroboration of Adam Smith as a precursor of the complex look on economic phenomena, based on the approximation between the approach of Economic Complexity and the Economy Evolutionary, with its bases in the Smithian Political Economy. Besides the introductory topic and the final considerations, the work is divided into four other stages. In the first one it is proposed to present the theoretical elements proposed by Smith, in his reductionist interpretation and the criticisms presented by Veblen. Then, it is sought to present the notion of subject and social order to Smith from the reading of *Theory of Moral Sentiments* and *The Wealth of Nations*. Thirdly, it is proposed to show in Smith's Political Economy the bases of the contemporary Economic Complexity. Finally, it is intended to expose the principles of concern with social order and institutions in the Smithian Political Economy to the point of proposing it as a continuous evolutionary science in Veblen's thought.

Keywords: Political Economy; Adam Smith; Thorstein Veblen; Economic Complexity; Evolutionary Science.

Código JEL: B40; B41; B10

1 Introdução

O estudo científico dos fenômenos econômicos tem seu berço de forma sistemática na publicação da obra magna de Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, no ano de 1776. Com preocupação centrada nos processos responsáveis pela promoção e distribuição da riqueza em uma sociedade composta por homens livres, Smith credita ao mercado a capacidade de promoção de uma ordem de

¹ João Victor Souza da Silva. Mestre em Economia e Desenvolvimento. Professor Assistente no Departamento de Ciências Econômicas da UFPI.

beneficiamento coletivo a partir da propensão natural dos indivíduos à permuta, em interação social. A Economia Política dedicar-se-ia à compreensão do processo de enriquecimento da nação, tanto do povo como do soberano (SMITH, 1996).

Luz e Fracalanza (2013) destacam o avanço de Smith em relação aos pensamentos de Maquiavel, Hobbes e Locke ao levantar a possibilidade de ordenamento social harmonioso, apesar da tendência aparentemente conflituosa do contato social, sem necessidade de um agente interventor externo. Por sua vez, Cerqueira (2006) realça que a influência newtoniana fundamentou-se no intuito de transpor sua filosofia da natureza para a filosofia moral e política característica da Economia Política, não devendo o economista e filósofo escocês por isso ser considerado mecanicista, posto que detém como preocupações centrais os processos dinâmicos de mudança social via geração de riquezas.

É presumível a influência do método científico moderno sobre as vertentes científicas incipientes nos séculos XVIII e XIX, na medida em que assimilaram-se e utilizou-se de conceitos científicos já empregados em campos de investigação consolidados, com o intuito de garantir credibilidade e aceitação nos ambientes de propagação de ideias científicas. É pertinente considerar o método reducionista clássico como a proposta de apreensão das regularidades da natureza via fragmentação, isolamento das partes fenomênicas, para a partir daí compreender o fenômeno como um todo, por meio do estabelecimento de leis universais e determinísticas (HEYLIGHEN, 2008; PRIGOGINE; STENGERS, 1984).

Esta base metodológica derivada das matemáticas, proposta por René Descartes (1979), seria responsável pela apreensão de fenômenos científicos na generalidade de investigações, sendo apta para prover previsões eficazes e objetivas a partir do funcionamento das partes no todo de um fenômeno observável. Descartes julgara ser o método capaz de “conceber mais nítida e distintamente seus objetos, e que, não o tendo submetido a qualquer matéria particular, [seria aplicável] tão utilmente às dificuldades das outras ciências como o fizera com as da Álgebra” (DESCARTES, 1979, p. 16). Prado (2011) afirma que a praticidade do método moderno em apreender as regularidades dos complexos fatos empíricos por meio de simples proposições matemáticas foi responsável por sua difusão para inúmeros segmentos de investigação, inclusive os de natureza social, não objetivos, destacadamente a Economia Política proposta por Smith.

Em contraponto às limitações metodológicas da Ciência Moderna, a Abordagem da Complexidade se propõe a apreender as regularidades dos fenômenos em seu caráter instável, dinâmico, heterogêneo e evolutivo. Capra (2002) realça como contribuição da Abordagem da Complexidade a ênfase estabelecida sobre processos ao invés de resultados objetivos em equilíbrio. O autor reitera que a busca por regularidades recai sobre os fundamentos de interação entre os

elementos do sistema, e não sobre suas partes fragmentadas. Desta forma, engloba métodos mais eficazes para análise de sistemas dinâmicos característicos de ciências sociais e da vida.

A abordagem da complexidade compreende os fenômenos científicos como sistemas caracteristicamente dinâmicos e evolucionários, ao passo que condicionam os agentes a processos contínuos de interação, adaptação e reorganização. As interações são constitutivas na medida em que desenvolvem padrões de comportamentos coletivos que se distinguem em níveis hierárquicos, conforme se evidenciam os padrões sob as aparentes heterogeneidades individuais (HEYLIGHEN, 2008; MORIN, 2003; PRADO, 2011). A suposição da sociedade capitalista como um sistema complexo implica na suposição na propensão individual à interação social e na delimitação de padrões coletivos a partir das conformações culturais decorrentes dos processos de interação.

O caráter evolucionário dos sistemas complexos é fruto das dinâmicas estruturais decorrentes dos processos de interação entre agentes heterogêneos, em conformação de ordens adaptativas e evolutivas. Foster (2005) atribui ao caráter evolutivo dos sistemas sua capacidade de absorver e reproduzir informações, reproduzindo ou excluindo padrões coletivamente determinados a partir da intersecção de ações elementares. O intercâmbio interno e externo de informações propicia o caráter evolutivo dos sistemas complexos.

A incapacidade de reprodução de informações no plano individual, aliada aos intercâmbios estabelecidos com outros elementos, exigem a contínua adaptação como condição de reprodução de padrões individuais. Assumidas as instabilidades dos sistemas científicos observáveis, a aproximação de elementos com características similares, via processos de auto-organização, garante maior capacidade de reprodução coletiva de características e extinção de padrões coletivamente desinteressantes. Em outra via, a reestruturação das características coletivas a partir da reorganização dos elementos individuais garante um processo de mutação estrutural aos sistemas complexos, em processos emergentes. Em síntese, a heterogeneidade e limitação dos elementos individuais implica em rearranjos que promovem mudanças qualitativas em um nível observável superior, que implica em contrapartida em uma nova concepção dos próprios elementos interativos, via fenômenos emergentes sob auto-organização (HEYLIGHEN, 2008; MORIN, 2003).

É notável, pois, a aproximação entre a abordagem da complexidade dentro da Ciência Econômica e a linha evolucionária. Prado (2006) destaca que a economia sistêmica ou evolucionária sofreu avanços a partir da incorporação de bases metodológicas complexas a qual considera a importância das instituições como suporte ao caráter dinâmico e evolutivo da interação entre agentes econômicos, em processos dinâmicos de mudança estrutural centrados na ação coletiva dos indivíduos.

Apesar do franco posicionamento em defesa da economia como um processo dinâmico, o pensamento econômico e filosófico de Adam Smith tem sido objeto de controvérsias ao longo de toda

história do pensamento econômico. A naturalização do comportamento individual, em sua propensão à interação social, aliada à perspectiva de ordem dão margem para sua generalização de seu posicionamento como teórico reducionista. Em outra via, a mão invisível, elemento promotor da ordem social para o filósofo escocês, é precipitadamente assumida como mecanismo de equalização de preços e equilíbrio de mercado.

Sob franca influência do método científico moderno reducionista, a Economia Neoclássica interpreta o modelo econômico de Smith como mecânico, fundamentado na concepção atomista do indivíduo, isolado e universal, cujo comportamento é regido por leis naturais e deterministas (MARCHAL, 1957). Tal indivíduo, generalizado como “*Homo Economicus*” reflete a condição determinista e equilibrada do sistema econômico, regido por um conjunto subsequente de escolhas racionais (SIMON, 1955; 1978).

Sob a concepção da racionalidade plena, admitiu-se que os indivíduos em uma sociedade capitalistas são movidos por uma mão invisível que os direciona a um ponto de equilíbrio de beneficiamento coletivo. Adam Smith (1996; 2006) denota outra perspectiva a este conceito, o qual se aproxima à concepção de emergência estrutural complexa. No capítulo 2 do Livro Quarto da Riqueza das Nações, na Parte IV de Teoria dos Sentimentos Morais, únicas duas vezes em que o referido termo é citado, expressa uma ordem social emergente de beneficiamento coletivo que se configura a partir da interação entre agentes com interesses distintos e posturas heterogêneas, não condizente com o viés de interpretação reducionista.

Apesar da sabida limitação do método reducionista moderno no que cerne à apreensão de regularidades sociais, e dada a interpretação superficialmente difundida do pensamento socioeconômico de Adam Smith, em sua generalização pelo corpo sistemático *mainstream* da vertente Neoclássica, a Ciência Econômica é assumida como um campo de investigação reducionista, passível de críticas decorrentes da incapacidade de apreensão real dos fenômenos econômicos. Nesta perspectiva, o economista e sociólogo estadunidense Thorstein Veblen critica a Economia, definindo-a como não evolucionária, em atraso metodológico relativo aos demais campos de investigação científica sociais e da vida (VEBLEN, 1898).

Ademais, Veblen (1898) destaca o papel das formações culturais e padronização de comportamentos coletivos via formações institucionais. Conforme o autor, os interesses econômicos não podem ser totalmente desmembrados das demais motivações comportamentais, todavia, o conjunto de hábitos, regras e rotinas relacionados às motivações de atividades prioritariamente econômicas. Ao admitir aos elementos econômicos a centralidade da vida social, Veblen institui que as bases do crescimento econômico em perspectiva evolucionária recaem sobre os processos de mudanças culturais e conseqüente mudança social, decorrentes da ação coletiva dos indivíduos sob as formas institucionais de natureza econômica.

Nesta perspectiva, toma-se como critério para desenvolvimento de uma teoria econômica evolucionária, a concepção do caráter dinâmico e evolutivo dos processos sociais via mudanças culturais embasadas em instituições passíveis de correntes mutações e adaptações. Este caráter dinâmico só pode ser assumido a partir da negação do caráter hedonista e pleno do sujeito econômico, passível de aprendizados e mudança de comportamento a partir da interação social, o que acarreta na necessidade de apreensão dos fenômenos materiais e históricos envoltos à realidade econômica, em negação ao *apriorismo* característico do mainstream neoclássico (CAVALIERI, 2013).

As principais críticas de Veblen recaem sobre a adoção por parte da Ciência Econômica de bases metodológicas incondizentes com os fenômenos observados, expressas na concepção hedonista do sujeito econômico dotado de racionalidade plena com comportamento atemporal, assim como na perspectiva dedutiva de funcionamento linear e mecânica da sociedade, fundamentada na referida concepção de sujeito. Os métodos adotados pela Ciência Econômica a distanciam do modelo evolucionário e a aproximam de campos científicos já em descrédito na sociedade contemporânea (VEBLEN, 1898; 1909). Reconhece-se a validade das críticas levantadas no que se dirige à Escola Econômica Neoclássica, todavia, nega-se o reconhecimento de sua validade quanto ao pensamento de Smith, que aqui objetiva-se posicioná-lo como evolucionário de viés complexo.

O caráter teleológico e determinístico característico dos teóricos da Economia Política, conforme Veblen os delimita como pré-evolucionários, baseado no suporte metodológico mecânico e na suposição da naturalidade e previsibilidade do comportamento do indivíduo em sociedade. Sob esta base, qualquer proposta incipiente de compreensão das instituições teria um fim voltado ao equilíbrio ou normalidade social, incompatível com o viés evolucionário Darwiniano. Smith, pois, seria considerado apriorístico na suposição do comportamento humano, egoísta e suportado pela naturalidade dos direitos individuais, não sendo passível de ser concebido como um teórico evolucionário (VEBLEN, 1898; 1998).

Thorstein Veblen também apresenta críticas à concepção de sujeito adotada pelo *mainstream* econômico. Destaca que o comportamento dos sujeitos em sociedade é determinado por propensões intrínsecas à psicologia humana, nomeadas de instintos, assim como por conformações culturais estabelecidas coletivamente, por meio de hábitos coletivamente reproduzidos e instituições culturais que os restringem ou estimulam. A racionalidade do sujeito, então, tem tanto bases psicobiológicas quanto construídas socialmente, de modo adaptativo e evolutivo (CAVALIERI, 2013; VEBLEN, 1909; HODGSON, 2007).

Ora, é notável a incapacidade analítica da vertente econômica *mainstream* de apreender as regularidades dos fenômenos econômicos, em seus processos dinâmicos. Todavia, é errôneo generalizar toda a ciência econômica a partir de sua representação reducionista, de modo que

considera-se adequado para superar o *mainstream* da Ciência Econômica apresentar críticas às suas bases fundantes estabelecidas sobre a interpretação equivocada e reducionista de Adam Smith.

A leitura sistemática da obra de Adam Smith possibilita compreendê-lo mais próximo de uma complexa evolucionária da sociedade que do viés assumidamente reducionista. Este artigo propõe apontar as bases evolucionárias da Economia Política proposta por Adam Smith a partir da apreensão de elementos característicos da abordagem da complexidade em seu pensamento científico, em contraponto às críticas levantadas por Veblen em *Why is economics not an evolutionary science?*, publicado em 1898. É um estudo contemporâneo no momento em que resgata as bases da Economia Política Smithiana em conexão com a atual abordagem da Complexidade, indicando o caráter evolucionário da Economia negado pela vertente *mainstream* e similar à proposta vebleniana institucional evolucionária resgatada nos séculos XX e XXI por pesquisadores em Complexidade Econômica e Economia Institucional Evolucionária, com destaque para Brian Arthur (1999; 2013), Colander (2008), Hodgson (2006; 2007), Nelson e Winter (2005) e Prado (2006; 2009).

A partir da releitura das duas principais obras de Adam Smith, Teoria dos Sentimentos Morais (TSM), publicada em 1759 e A Riqueza das Nações (RN), lançada em 1776, bases da formulação da Economia Política, buscar-se-á elementos que neguem a interpretação reducionista e corroborem com seu viés evolucionário complexo. Destaca-se a concepção de indivíduo e comportamento social desenvolvida em TSM e o caráter dinâmico dos processos econômico via expansão dos mercados e enriquecimento das nações, desenvolvido em RN. Para tanto, busca-se traçar um paralelo com a proposta evolucionária de Veblen a partir de sua concepção de indivíduo e mudança cultural, tal qual por sua crítica estabelecida ao caráter não evolucionário da Ciência Econômica. Tem-se como fim a defesa do caráter evolucionário da Economia Política proposta por Smith, indiferente às críticas levantadas sobre a difusão superficial de sua obra.

2 A interpretação reducionista da Economia Política de Adam Smith e a crítica Vebleniana

A contribuição teórica de Adam Smith para a ciência econômica é fruto de controvérsias e generalizações superficiais, seja devido à leitura equivocada de sua obra, pela possível ambiguidade entre seu olhar “filosófico” e seu viés “economicista”, ou mesmo em função de interesses políticos de defesa de moldes científicos modernos para a Ciência Econômica. A inconformidade de interpretações o distancia por vezes de seu objetivo pleno de compreensão da sociedade em caráter dinâmico, elementos negados principalmente a partir da revolução marginalista no século XIX.

A escola Neoclássica, no intuito de embasar-se em métodos científicos sólidos e amplamente aceitos na comunidade acadêmica, utiliza-se de instrumentos mecanicistas, em franca influência da Física. A concepção atomista, universal e atemporal de indivíduo é empreendida em adequação às

formulações e modelagens teóricas propostas em similaridade ao mundo natural. O sistema econômico é então representado em equilíbrio e harmonia, tal qual o mundo ideal newtoniano (MARCHAL, 1957; PRADO, 1994).

León Walras apreende na ideia de naturalidade das propensões de comportamento individual às bases da defesa da naturalidade do mercado e dos fenômenos econômicos, em franca proposta de aproximação da Ciência Econômica das ciências naturais reducionistas. Desta forma, “Teremos assim, em um mercado ideal, preços ideais que terão uma relação rigorosa com uma demanda e uma oferta ideais. E assim por diante.” (WALRAS, 1996, p. 51).

A viabilidade da apreensão dos fenômenos econômicos a partir da base metodológica reducionista exige a generalização e universalização dos agentes econômicos. Nesta perspectiva, Simon (1978) salienta que a suposição do sujeito hedonista de racionalidade plena, admitido como “*Homo Economicus*” representa a mudança de foco da Economia Política clássica para a vertente econômica Neoclássica, apesar da suposta base interpretativa nas contribuições teóricas de Smith referentes à concepção de sujeito, supostamente egoísta, e motivações de comportamento social.

O ponto central da crítica vebleniana recai sobre a concepção de sujeito adotada pelo *mainstream* econômico. O caráter hedônico, atemporal e universal do agente econômico de racionalidade plena demonstra-se incompatível com a realidade material e inconsonante com a perspectiva adotada por outras ciências de estudos sociais e psicológicos, a exemplo da Antropologia. A Economia optou pela simplificação abstrata do sujeito em virtude da maior adequação ao método objetivo e apriorístico, em despreendimento da realidade (VEBLEN, 1898). Baseado em Veblen, Hodgson (2007) indica que parte do comportamento é delimitado psicobiologicamente e parte é construído socialmente a partir de hábitos estimulados e restringidos pelas instituições culturais que o norteiam. É óbvio o caráter material e temporalmente definido do sujeito econômico a partir de uma leitura evolucionária.

As críticas veblenianas recaem sobre as bases reducionistas da Ciência Econômica, supostamente baseados na Economia Política de Adam Smith. Veblen (1898) inicia suas críticas afirmando que a Economia se baseia em métodos apriorísticos, ideais e despreendidos da realidade, sob o argumento “quase religioso” de busca por resultados objetivos, em detrimento da busca por compreensão dos processos dinâmicos característicos do funcionamento econômico. Complementa, em julgamento aos clássicos da Economia Política, que estes apresentam teorias teleológicas e determinísticas que limitam sua capacidade de apreender os vieses evolucionários da ciência, pela ênfase exacerbada em “leis naturais” promotoras de “harmonias coercitivas”, em franca crítica à contribuição econômica de Adam Smith.

Em trabalhos posteriores, Veblen (1909; 1988) reafirma o caráter teleológico, determinista, otimista e previsível da perspectiva econômica de funcionamento do mercado, de Adam Smith.

Conforme o economista estadunidense, seja em TSM ou em RN, Smith defende a tendência harmônica de convívio social em função da influência do comportamento individual benevolente ao bem-estar coletivo, baseado na propensão natural à permuta e na defesa da naturalidade dos direitos à propriedade, o que o reduz em sua capacidade de apreender os nuances dinâmicos do funcionamento dos mercados.

Admitidas as bases internas e externas do comportamento individual, admite-se que o progresso social se dá pela modificação dos padrões de comportamentos coletivos a partir da conformação de hábitos comuns que tendem a ser estimulados pelas instituições estabelecidas em sociedade. Remete a um processo dinâmico e evolutivo, posto que os instintos, assim como os hábitos e instituições estão sempre sujeitos a mudanças, em trajetória não teleológica. O processo de desenvolvimento socioeconômico centra-se, pois, no ser humano, material e evolutivo, em seu caráter social adaptativo (VEBLEN, 1898; 1988).

3 O viés evolucionário da Economia Política: do sujeito à ordem social em Adam Smith

O viés evolucionário da Economia Política proposta por Smith será embasado a partir de uma aproximação com a abordagem da complexidade, creditando ao autor escocês o pioneirismo da perspectiva complexa na Economia e o caráter evolucionário da Economia Política. Para tanto, utilizar-se-á primordialmente suas obras diretas, Teoria dos Sentimentos Morais e A Riqueza das Nações. Ademais, buscar-se-á suporte em Ganem (2000; 2002) e em Cerqueira (2004; 2006).

Um ponto inicial de discussão deve ser considerar a continuidade na obra de Adam Smith. As concepções de sujeito, regras morais e comportamento social expostas em TSM embasam a análise do comportamento econômico e processos de dinâmica social explicitadas em RN. O foco do estudo de Smith recai primordialmente sobre o funcionamento social a partir da interação entre indivíduos, o que implica em uma ordem social, mas não necessariamente teleológica (SMITH, 1996; 2006; GANEM, 2000; 2002).

Em negação à interpretação reducionista de Smith e para contornar as principais críticas apresentadas por Thorstein Veblen, pretende-se, a partir da exposição da concepção de indivíduo e das bases morais do comportamento social, evidenciar o caráter dinâmico, evolutivo e instável do sistema capitalista. Um primeiro ponto se dá em resposta à interpretação reducionista da propensão natural à permuta. Conforme é notado em Smith (2006; 1996) esta propensão indica a propensão natural do indivíduo à interação de modo cooperativo, em conformação de seu comportamento no ambiente coletivo do mercado. Em TSM, Smith (2006) realça a característica social do agente de modo que sua plenitude é alcançada a partir da interação com outros sujeitos, pela troca de percepções e informações, em consonância com o ambiente social e cultural que os envolvem.

Were it possible that a human creature could grow up to manhood in some solitary place, without any communication with his own species, he could no more think of his own character, of the propriety or demerit of his own sentiments and conduct, of the beauty or deformity of his own mind, than of the beauty or deformity of his own face. All these are objects which he cannot easily see, which naturally he does not look at, and with regard to which he is provided with no mirror which can present them to his view. Bring him into society, and he is immediately provided with the mirror which he wanted before. It is placed in the countenance and behaviour of those he lives with, which always mark when they enter into, and when they disapprove of his sentiments; and it is here that he first views the propriety and impropriety of his own passions, the beauty and deformity of his own mind (SMITH, 2006, p. 100).

Desta concepção, Smith (2006) adianta-se e entende como inconcebível a consideração da completude das coisas isoladas, de modo que a negação do ambiente social que envolve os indivíduos impossibilita que se apreenda sua real essência. A partir da suposição da imaginação e simpatia, o sujeito molda seu comportamento conforme a expectativa de reação de seus pares em um ambiente social conformado por normas culturalmente estabelecidas. O julgamento moral de ordenamento coletivo se basearia em padrões comportamentais estimulados socialmente por um “espectador imparcial”, padrões estes evolutivos conforme se modificam as expectativas dos agentes sociais, em franco reflexo do caráter dinâmico de mudança social a partir da adaptação dos comportamentos individuais, em similaridade à concepção de progresso social evidenciada em Veblen (1898; 1988).

Outrossim, a necessidade de interação social para conformação dos comportamentos individuais e coletivos vai de encontro à concepção do agente econômico de comportamento universal e teleológico. Por outra via, a heterogeneidade dos sujeitos é perceptível pelos hábitos e padrões culturais desenvolvidos e estimulados socialmente. Diferentes nichos sociais implicam em diferentes caracterizações de comportamentos, seja coletivamente conforme o espectador imparcial ou individualmente, em função da capacidade de adaptação do sujeito. De toda forma, é inconcebível a associação do sujeito neoclássico, “*Homo Economicus*” à concepção de sujeito e comportamento social exposta por Adam Smith (2006).

No que se refere à noção de ordem social teleológica e equilíbrio, julga-se pertinente que se recorra à RN. De início, é necessário considerar o caráter material e teórico da concepção de ordem via mercado exposta por Adam Smith. O economista escocês, sob influência das contribuições teóricas de Maquiavel, Hobbes e Locke, questiona que mecanismos possibilitam harmonizar uma sociedade composta por indivíduos livres e de interesses assumidamente distintos, sem a necessidade da intervenção externa do Estado absolutista. Para além da teleologia otimista baseada na benevolência, é notável que o mercado é apontado pelo autor como mecanismo propiciador de uma ordem de beneficiamento coletivos a partir da manifestação coletiva das liberdades individuais. A concepção de ordem apresentada aproxima-se mais de um fenômeno emergente complexo formado

a partir das interações individuais, que de um modelo equilibrado e benéfico de funcionamento social (CERQUEIRA, 2006; SMITH, 1996; 2006).

Por outra via, o enriquecimento das nações pode ser compreendido como um fenômeno evolutivo complexo, instável e imprevisível, a partir da emergência estrutural dos mercados fundamentado na ordem social corporificada na especialização via divisão social do trabalho. Para além da suposição do equilíbrio harmônico e teleológico, Smith (2006) aponta a expansão dos mercados como mudanças estruturais instáveis e imprevisíveis decorrentes da interação entre sujeitos heterogêneos, a partir do estímulo à especialização e ao aprimoramento tecnológico. Nesta perspectiva, o mercado, como uma ordem social emergente, propicia a abertura de novas possibilidades de mercados na medida em que promove o declínio de outros menos eficientes. O enriquecimento econômico é por si só um processo dinâmico e instável, desprovido da harmonia teleológica a qual é atribuída ao pensamento de Smith. Quanto mais avançada a especialização, mais heterogêneos são os atores e setores envolvidos, implicando em mudanças de hábitos e rotinas produtivas.

4 Breves contribuições da Economia Política de Adam Smith para a Complexidade Econômica

A Complexidade Econômica resulta da apreensão metodológica da Complexidade sobre os elementos econômicos, em negação à perspectiva teleológica neoclássica. Em linhas gerais, é admitida como a suposição da heterogeneidade individual de agentes interativos, que constituem estruturas coletivas hierárquicas que evoluem a partir de mecanismos de seleção e reprodução de comportamentos, em processos emergentes. É notada franca aproximação da perspectiva de funcionamento social e expansão os mercados apresentada por Smith em Teoria dos Sentimentos Morais e n'A Riqueza das Nações (ARTHUR, 1999; COLANDER, 2008).

Rosser Jr. (1999) salienta que a Complexidade Econômica considera o funcionamento econômico sob processos evolutivos em não equilíbrio, a partir da sobreposição de estruturas hierárquicas a partir dos padrões coletivos formados da interação entre sujeitos heterogêneos no mercado. O sujeito, de racionalidade limitada e sujeito a processos de aprendizagem via experiência social, é a base dos sistemas complexos na Economia, em franca negação ao equilíbrio centrado no *Homo Economicus* neoclássico (ARTHUR, 2013). Pautado em argumentos já expostos, admite-se a aproximação desta noção de funcionamento econômico a apresentada por Adam Smith, superficialmente interpretado como teórico reducionista pelo *mainstream* econômico.

A perspectiva de crescimento econômica de Smith via sobreposição de mercados é base para o estudo das redes complexas de comércio. Hidalgo e Hausman (2009), pautados na Economia política smithiana, compreendem que a capacidade produtiva da firma se dá de maneira sistêmica, a

partir de sua capacidade de absorver informações e traduzi-las em bens complexos. Nesta via, quanto mais se intensificam as relações comerciais especializadas em bens complexos, mais há tendência da promoção de mudanças estruturais, via intensificação tecnológica e elevação geral da renda *per capita* (HAUSMANN; HWANG; RODRIK, 2007).

As capacidades produtivas são a base da complexidade de um sistema econômico e perpassam as fronteiras da firma, para constituírem-se de maneira sistêmica. Em sintonia estabelecida com o enriquecimento da nação, quanto maior o número e quanto mais diversas forem as capacidades produtivas, maior será a produtividade do conjunto da economia. Hidalgo e Hausmann (2009) elencam três grandes conjuntos de capacidades envoltas em economias complexas. O primeiro envolve o conjunto de capitais, físicos e humanos, e a estrutura institucional relacionada ao processo produtivo. O segundo conjunto de capacidades refere-se à capacidade das firmas de gerar e absorver conhecimentos por meio de processos cooperativos de interação e o terceiro ponto diz respeito às questões internas aos ambientes produtivos, relacionadas a habilidades gerenciais e organização de conhecimentos e de pessoas.

Seguindo este raciocínio, é evidente que sociedades complexas são compostas por estruturas sistêmicas favoráveis à geração e absorção de informações, propiciadas pela interação entre agentes heterogêneos dispostos em diferentes níveis hierárquicos de produção. Quanto mais superiores forem estes níveis, maior a complexidade econômica e conseqüentemente a produtividade e renda *per capita* de uma região. É nítida a aproximação entre a referida perspectiva de crescimento econômico e olhar de Smith acerca da evolução dos mercados na dinâmica capitalista.

5 A Evolução da Economia Política como uma Ciência Evolucionária: as bases institucionais em Adam Smith e Thorstein Veblen

Este tópico tem como proposta apresentar as bases do pensamento institucional na Economia Política de Adam Smith, a partir das concepções de ordem social, comportamentos coletivos, hábitos e regras sociais, em similaridade à concepção evolucionária exposta por Veblen. Para tanto, basear-se-á em Smith (1996; 2006), em Veblen (1898; 1909), assim como em outros teóricos institucionalistas evolucionários como Hodgson (2006) e Nelson e Winter (2006).

Smith não demonstrara explicitamente preocupação com elementos institucionais assim nomeados. Todavia, é notável a importância que atribui aos ordenamentos sociais sobre a atitude comportamental dos agentes econômicos e o conseqüente impacto em níveis individual e coletivo. Em similaridade à proposta de Veblen, o sujeito em Smith apresenta motivações internas, intrínsecas, e motivações externas, dinâmicas constituídas socialmente, que norteiam suas ações e o comportamento coletivo da sociedade. Smith (1996; 2006) indica que os sujeitos apresentam uma

propensão natural à permuta, o que implica uma tendência intrínseca ao intercâmbio e cooperação social via mercado, com as base psicológicas para ação com aceitável grau de similaridade com a ideia de instinto apresentada por Veblen. Em outra perspectiva, um conjunto de regras morais e sociais restringem e estimulam hábitos sob a tutela do espectador imparcial, em um processo adaptativo via sobreposição de padrões de comportamentos, em similaridade ao progresso social via instituições econômicas. Em virtude da simpatia e da imaginação, os sujeitos estão sempre modificando seu comportamento em prol da aceitação social e perpetuação de hábitos e rotinas, que modificam-se de modo instável, evolutivo e imprevisível.

Smith (2006) resgata o conceito romano de “*necessitudo*” para indicar as vantagens individuais advindos de agrupamentos coletivos em torno de hábitos e rotinas entre sujeitos heterogêneos de interesse compartilhado. Adam Smith realça que a partir da seleção de rotinas e estímulos desejáveis, há tendência de acentuação de padrões sociais coletivamente aceitos via processos similares a auto-organizações sociais, implicando em maiores possibilidades de reprodução de comportamentos coletivos desejáveis individual e coletivamente.

Importante destacar um ponto fundamental na teoria de Adam Smith, que remete a um fenômeno emergente complexo similar a um arranjo institucional evolucionário, apesar de ser erroneamente subjugado como um mecanismo de equalização de preços em um ambiente de equilíbrio. A “mão invisível” apresentada apenas duas vezes em TSM e RN é destacada com grande contribuição do autor em defesa do equilíbrio de mercado. Todavia, nos dois momentos em que é apresentada representa a emergência de uma ordem social de beneficiamento coletivo a partir de um conjunto de ações descentralizadas de indivíduos desinteressados (SMITH, 1996; 2006). É pertinente considerar a mão invisível como a formação de normas sociais amplamente aceitas a partir do confronto de interesses entre indivíduos independentes, em prol de sua manutenção e beneficiamento social, o que aproxima-se da leitura vebleniana de formações culturais e institucionais.

Veblen (1898) destaca que é impossível a separação os fenômenos culturais do comportamento dos indivíduos em sociedade, revelando o caráter material e social da ação individual. Ao mesmo tempo, assinala a delimitação de instituições econômicas como aquelas que, dentro da infinidade de arranjos e motivações culturais e sociais, enfatiza os interesses econômicos de ação individual. Sob o domínio das relações de trabalho, é admitido que as instituições econômicas são a base dos processos de mudança social a partir do condicionamento dos comportamentos individuais em plano coletivo.

Em outra perspectiva, Veblen (1909) admite o caráter adaptativo e evolutivo das instituições, como resultado das modificações nos comportamentos individuais em virtude de suas experiências de interação social. Em função das preferências dos indivíduos serem delimitadas histórica e materialmente, é concebível que as instituições também o são e o acompanham em seu processo

adaptativo. Esta noção é próxima da proposta de Smith de prorrogação ou exclusão de hábitos que conformam normas sociais sob a tutela temporária de um espectador imparcial.

Hodgson (2006, p. 6) delimita que as instituições surgem a partir da explicitação de crenças recíprocas e mútuas, de modo que conformam normas sociais aparentemente espontâneas, mas passíveis de imposição externa por autoridades políticas, conforme mais estimulável for socialmente, via restrições e estímulos aos comportamentos individuais. O autor assegura que *“For a habit to acquire the status of a rule, it has to acquire some inherent normative content, to be potentially codifiable, and to be prevalent among a group.”*

Em outra perspectiva, Nelson e Winter (2005) apresentam a concepção de rotina e aprendizado. Fundamentados no viés evolucionário da Biologia, traçam uma analogia entre a rotina e os genes de um ser vivo passíveis de serem herdados geneticamente. Outrossim, rotinas derivam de aprendizados sobre modos eficientes de comportamento econômico, de modo que rotinas aceitáveis são transpostas e assimiladas por outras firmas, que as “herdam hereditariamente” via aprendizado por comportamentos passados ou por seleção, ao passo que rotinas ruins são extintas. Estes conceitos são importantes para respaldar o caráter adaptativo do comportamento de agentes em sistemas complexos evolucionários. É notável a ênfase já dada por Smith sobre esta concepção de comportamentos eficientes reprodutíveis, em sua abordagem em relação a formação de hábitos socialmente estimuláveis via agrupamento social, sob a *necessitudo* de beneficiamento individual a partir da introdução em rotinas desejáveis, em plano social.

Considerações Finais

Este artigo buscou apresentar elementos introdutórios acerca de um ponto de fundamental importância ao longo da história do pensamento econômico. Esta relevância se evidencia por duas vias. Primeiramente, pelas possibilidades abertas de releituras da obra de Adam Smith, e conseqüentemente de reinterpretação da Economia Política enquanto ciência capaz de compreender as dinâmicas e transformações da sociedade capitalista. Por outro lado, há relevância em retomar o pensamento de Thorstein Veblen, em aproximação ao caráter evolucionário da Economia Política, tendo em vista a proposta comum de negação dos apriorismos e reducionismos supostamente envolvidos nos fenômenos econômicos.

Através de uma breve e introdutória discussão acerca da evolução do método científico moderno e da contraposta abordagem da complexidade, foi possível conceber o pensamento de Adam Smith em similaridade e mesmo como ponto basilar de um viés complexo da Ciência Econômica. A tentativa de reduzi-lo à um economista reducionista, sob franco critério científicista, o distanciou de sua real preocupação e pode ser assumida como responsável pela difusão superficial de seu

pensamento e conseqüentes críticas sofridas por Veblen e seu entendimento da Economia Política como não evolucionária, o que aqui nos pusemos a repensar.

A retomada de estudos basilares reforça o caráter evolutivo da própria Economia em si, passível de ser reinstituída a partir de sua própria essência. Elementos contemporâneos em estudos da Complexidade Econômica ou da Economia Evolucionária têm seus fundamentos em Adam Smith, com ênfase a “novidades” trazidas por Veblen que podem ser essencialmente traduzidas diretamente da Teoria dos Sentimentos Morais ou da Riqueza das Nações, obras do século XVIII e do berço da Economia Política, dinâmica, evolucionária e contemporânea, apesar das tentativas de sucumbi-la a uma ciência reducionista e atemporal.

REFERÊNCIAS

ARTHUR, W. B. Complexity and the economy. **Science**, v. 284, n. 5411, p. 107-109, 1999.

ARTHUR, W. B. **Complexity economics**: a different framework for economic thought. 2013.

CAPRA, F. **Complexity and life**. *Emergence*, v. 4, n. 1-2, p. 15-33, 2002.

CAVALIERI, M. A. R. O surgimento do institucionalismo norte-americano de Thorstein Veblen: economia política, tempo e lugar. **Economia e Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 43-76, 2013.

CERQUEIRA, H. Adam Smith e o surgimento do discurso econômico. **Revista de economia política**, vol. 24, nº 3, 422-441, 2004.

CERQUEIRA, H. A mão invisível de Júpiter e o método newtoniano de Smith. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 36, n. 4, p. 667-697, 2006.

COLANDER, D. Complexity and the History of Economic Thought. **Document de Travail**, p. 08-04, 2008.

DESCARTES, R. **Discurso do método**: meditações; objeções e respostas; as paixões da alma; cartas; introdução de Gilles-Gaston Granger; prefácio e notas de Gerard Lebrun; tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior, v. 2, 1979.

FOSTER, J. From simplistic to complex systems in economics. **Cambridge Journal of Economics**, v. 29, n. 6, p. 873-892, 2005.

GANEM, A. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 4, n. 2, p. 9-36, 2000.

GANEM, A. Economia e filosofia: tensão e solução na obra de Adam Smith. **Revista de Economia Política**, vol. 22, nº 4, p. 104-118, 2002.

- HAUSMANN, R.; HWANG, J.; RODRIK, D. What you export matters. **Journal of Economic Growth**, vol. 12(1), p. 1-25, 2007.
- HIDALGO, C. A.; HAUSMANN, R. The building blocks of economic complexity. **proceedings of the national academy of sciences**, v. 106, n. 26, p. 10570-10575, 2009.
- HEYLIGHEN, F. Complexity and Self-organization. **Encyclopedia of library and information sciences**, v. 3, p. 1215-1224, 2008.
- HODGSON, G. M. The Revival of Veblenian Institutional Economics. **Journal of Economic Issues**, v.2, n. 2, p. 325-340, 2007.
- HODGSON, G. M. What Are Institutions?. **Jornal of Economic Issues**, v. 40, n. 1., p. 1-25, 2006.
- LUZ, M. R. S; FRACALANZA, P. S. A Gênese do Indivíduo e o Indivíduo da Gênese: uma abordagem multidisciplinar acerca do papel da ideologia cristã nas origens do homem (econômico). **Revista EconomiA**, v.14, n.1A, p.189–210, 2013.
- MARCHAL, A. **Metodología de la ciencia económica**: el conflicto tradicional entre los métodos y su renovación. 1957.
- MORIN, E. A necessidade de um pensamento complexo. **Representação e complexidade**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 69-77, 2003.
- NELSON, R.; WINTER, S. G. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica**. Editora Unicamp, 2005.
- PRADO, E. F. S. **A Constelação Pós-Walsariana**. Revista de Economia Política. São Paulo, 1994.
- PRADO, E. F. S. **Complexidade e Práxis**. São Paulo: Editora Plêiade, 2011.
- PRADO, E. F. S. **Economia, complexidade e dialética**. Plêiade, 2009.
- PRADO, E. F. S. Microeconomia reducionista e microeconomia sistêmica. **Nova Economia**, v. 16, n. 2, p. 303-322, 2006.
- PRIGOGINE, L; STENGERS, I. **Order out of chaos**: Man's new dialogue with nature. New York: Bantam books, 1984.
- ROSSER JR, J. B. On The Complexities of Complex Economic Dynamics. **Journal of Economic Perspectives**, v. 13, n. 4, p. 169-192, 1999.
- SIMON, Herbert A. A behavioral model of rational choice. **The quarterly journal of economics**, v. 69, n. 1, p. 99-118, 1955.

SIMON, H. A. Rationality as process and as product of thought. **The American economic review**, v. 68, n. 2, p. 1-16, 1978.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**: Investigação Sobre Sua Natureza e Causa. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

SMITH, A. **The Theory of Moral Sentiments**. São Paulo: Metalibre, 2006.

VEBLER, T. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

VEBLER, T. The Limitations Of Marginal Utility. **Journal of Political Economy**, v. 17, 1909.

VEBLER, T. Why is economics not an evolutionary science?. **The quarterly journal of economics**, v. 12, n. 4, p. 373-397, 1898.

WALRAS, L. **Elementos de Economia Política Pura**. Os Economistas, 1996.